

Constituinte pode adiar para janeiro a redação final do regimento interno

Da Sucursal de Brasília

Sem um acordo com a bancada do PT e com a ausência deliberada dos membros do Centrão, o término da votação do novo regimento interno do Congresso constituinte poderá ser adiado para o início de janeiro. Antes da sessão da tarde de hoje — convocada para encerrar a votação —, os líderes partidários tentarão um acordo, em reunião no gabinete do deputado Ulysses Gui-



marães (SP), presidente do PMDB e do Congresso constituinte. Ninguém acredita, porém, nessa possibilidade.

"Quem vai topa alguma coisa sem a base estar presente?", disse o deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos articuladores do Centrão, grupo suprapartidário do Congresso constituinte. Ele defende o adiamento da votação para 4 de janeiro. Isso possibilitaria uma ampla negociação dos "conservadores" e a redação de emendas que contariam com o apoio da maioria do plenário.

O PT não vai ceder na reunião convocada por Ulysses. O partido quer votar cinco pedidos de destaque (votações em separado de determinados pontos) ao novo regimento. Se fossem retirados os destaques, a votação de hoje poderia aprovar a redação final do regimento.

Mesmo se o PT aceitasse a proposta, as chances de terminar a votação na sessão desta tarde seriam mínimas. O quórum para a realização da sessão é de 56 constituintes, mas são necessários 280 para aprovar ou rejeitar os pedidos de destaque. O

deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), outro articulador do Centrão, afirmou que menos de cem membros do grupo comparecerão ao plenário.

Com o adiamento, o plenário começaria a votar o projeto da nova Constituição apenas no início de fevereiro, ou no final de janeiro, se houver um acordo para a redução de alguns prazos. "Uma das consequências é que serão inviabilizadas as eleições municipais e a presidencial no próximo ano", afirmou o senador Mário Covas (SP), líder do PMDB no Congresso constituinte.

Editoria de Arte

CALENDÁRIO PROVÁVEL DA CONSTITUINTE

4 de janeiro de 1988 — reinício da discussão do regimento interno

6 de janeiro — votação do projeto de regimento

7 de janeiro — publicação do projeto de regimento aprovado

8 a 15 de janeiro — prazo para apresentação de emendas

16 a 17 de janeiro — prazo para publicação das emendas apresentadas

18 a 25 de janeiro — prazo para o parecer do relator

26 a 27 de janeiro — prazo para publicação do parecer do relator

28 a 30 de janeiro — prazo para apresentação de destaques

31 de janeiro a 1º de fevereiro — prazo para publicação dos destaques apresentados

2 de fevereiro — início da votação do projeto de Constituição em plenário